

PROVA BRASIL: UMA LEITURA DA AVALIAÇÃO

Alessandra Pereira Gomes Machado¹

GT9 - Políticas Públicas e Gestão Socioeducacional

RESUMO

Este artigo discute como o diagnóstico de leitura através das políticas públicas de avaliação pode colaborar para a qualidade da educação. Como política de avaliação, a Prova Brasil apresenta diagnóstico da proficiência em leitura de estudantes dos ciclos finais do Ensino Fundamental. Assim, a concepção e o nível de proficiência em leitura relacionados a esta avaliação podem suscitar discussões e estudos sobre o ensino-aprendizagem. Este estudo é de cunho qualitativo e exploratório, sendo os documentos oficiais e norteadores desta política instrumentos de estudo. Apresentamos o contexto de implementação da Prova Brasil e abordamos sobre os parâmetros da avaliação e a concepção de leitura subjacente a esses documentos para discutir as possíveis causas do fracasso escolar. Acreditamos que os resultados diagnósticos da educação, em especial da leitura, devem ser trabalhados conjuntamente por professores e todos que fazem a escola.

Palavras-chave: Educação Básica. Leitura. Língua Portuguesa. Prova Brasil.

ABSTRACT

This article discusses how the diagnosis of reading through public assessment policies can contribute to the quality of education. As an assessment policy, Prova Brasil presents a diagnosis of proficiency in reading students from the final cycles of Elementary School. Thus, the conception and reading proficiency level related to this assessment can lead to discussions and studies about teaching and learning. This study is qualitative and exploratory, being the official documents and guiding this policy as instruments of study. We present the implementation context of Prova Brasil and we approach about on the parameters of assessment and the concept of reading underlying these documents to discuss the possible causes of school failure. We believe that the diagnostic results of education, especially reading, should be worked out jointly by teachers and all who make the school.

Keywords: Basic Education. Reading. Portuguese Language. Prova Brasil.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas da educação nacional são os péssimos resultados que as escolas vêm apresentado nas duas últimas décadas nas avaliações em larga escala. Para professores e educadores é desesperador verificar que os estudantes concluem os ciclos da Educação Básica sem o domínio da habilidade fundamental para o prosseguimento dos estudos e o convívio no mundo dos letrados: a leitura.

Os dados do Anuário da Educação Brasileira publicado em 2014 apresentam resultados de um estudo da educação nacional. Os índices mostram o crescimento da taxa de

¹ Mestre em Educação. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica no Colégio de Aplicação da UFS. Membro do Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade (GELINS). E-mail: <alessandrasje@hotmail.com>.

matrícula, são mais de 16 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 14 anos na escola, com taxa de matrícula de 93,8%, quase atingindo a universalização no Ensino Fundamental. No entanto, o fluxo dos estudantes não chega no Ensino Médio.

Esses problemas geram defasagens como reprovação e abandono escolar e a diferença idade/série. Assim, os números mostram que os ciclos finais da Educação Básica apresentam os piores índices: os 6º anos apresentam a maior distorção idade/série, com 32,1%; a distância em relação às metas de qualidade estabelecidas pela média de Língua Portuguesa da Prova Brasil é alta, com apenas 47,9% e 42,9% de estudantes do 5º e 9º anos (respectivamente) com aprendizado esperado.

Para discutir as causas que podem atenuar esses resultados ruins, na perspectiva das políticas públicas de avaliação da educação, apresentamos aspectos da implementação de uma avaliação da proficiência em leitura de estudantes do final do primeiro e do segundo ciclo (5º e 9º ano) do Ensino Fundamental – a Prova Brasil – e os documentos que norteiam essa avaliação de leitura. Inicialmente apresentamos o contexto de implementação da Prova Brasil enquanto avaliação de larga escala e a falta de envolvimento do professor no processo. Abordamos sobre os parâmetros que norteiam a avaliação da leitura e a concepção subjacente a esses documentos para discutir as possíveis causas do fracasso nessas avaliações. Este estudo é de cunho qualitativo e exploratório, sendo os documentos oficiais e norteadores desta política instrumentos de estudo.

O INÍCIO DE TUDO

Tudo começa pela Constituição Federal (Brasil, 1988) que prevê a educação para todos como direito social e essencial a todos os cidadãos. Diante disso, a necessidade de acompanhar e avaliar o sistema educacional está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB nº. 9394/96), no artigo 87 que dispõe sobre a qualidade do ensino e a avaliação educacional. E no Plano Nacional da Educação (Lei nº 10.172 de 09/01/2001) constam as metas e as estratégias com prazo de cumprimento para 10 anos, as quais estabelecem iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, com a intenção de eliminar as desigualdades históricas na educação brasileira.

Quanto ao Ensino Fundamental, que é contemplado pela Prova Brasil, em 2014, a meta 7 do PNE (2014-2014) trata do assunto de forma mais incisiva, prevendo a avaliação da Educação Básica em todos os níveis e estabelecendo prazos para o cumprimento dos índices

e, na estratégia 7.7, estabelece que se deve “aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e médio” (BRASIL, 2014, p. 62). Nessa meta, são estabelecidas médias nacionais para a educação a serem atingidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como consta na tabela 1.

Tabela 1- Metas estabelecidas para o IDEB.

	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE/Lei nº 13.005, de 25/06/2014.

O IDEB foi criado em 2007 e é calculado a partir da média da nota da Prova Brasil e através do fluxo escolar (repetência e evasão). A escola tem um bom índice (escala de 0 a 10) se apresentar taxas baixas de retenção e de desistência, além de bons resultados na Prova Brasil.

Com a preocupação do governo em atingir as metas quanto à qualidade da educação nacional, as políticas públicas de avaliação passaram a fazer parte do cenário escolar. Em âmbito nacional, o SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica - objetiva avaliar a educação e fornecer subsídios à elaboração de políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade e da equidade da educação. Outras políticas fazem parte desse cenário de diagnóstico da educação, como avaliação da Educação Básica temos Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Provinha Brasil, Prova Brasil, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); e como avaliação da educação de nível superior, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Sendo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o órgão responsável por essas avaliações.

Assim, as políticas públicas de avaliação da educação objetivam divulgar resultados da qualidade dos sistemas educacionais, mas não determinam as mudanças estruturais nesse âmbito. Os resultados dessas avaliações visam à análise e ao acompanhamento para possíveis atitudes para resolução de problemas da escola. As avaliações são práticas importantes de diagnóstico do fazer pedagógico, não são práticas de punição e responsabilização do professor ou do estudante.

Enquanto avaliação da Educação Básica, o SAEB é o primeiro sistema de avaliação da educação nacional que desde os anos de 1990 afere o desempenho da educação. Ele é composto por três avaliações como consta na figura 1.

Figura 1 – Composição do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)



Fonte: MEC (2015)²

A Aneb e a Anresc são realizadas bianualmente, enquanto a ANA é de realização anual. A **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) é conhecida por Prova Brasil.**

UM OLHAR SOBRE A PROVA BRASIL

Aplicada pela primeira vez em 2005, para estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, é uma política pública educacional instituída pela Portaria nº 931, de 21 de março de 2005; entendida, portanto, como política de governo, porque não tem “força de lei”, é uma política formulada e implementada pelo Ministério da Educação (PARENTE; PEREZ; MATTOS, 2011) e que pode ser suspensa ou modificada conforme as mudanças da política nacional típicas de discontinuidades.

É uma das iniciativas do governo para acompanhar o desenvolvimento dos ciclos finais do Ensino Fundamental com intuito de melhorar os índices de qualidade da Educação Básica. Dessa maneira, através dos resultados da Prova Brasil, gestores e professores têm condições de perceber as habilidades em leitura com que os estudantes estão entrando e saindo desse nível de ensino.

A Prova Brasil não tem como objetivo estabelecer índices classificatórios ou ranques entre as escolas; o objetivo é gerar dados sobre o sistema educacional como está previsto no artigo 1º parágrafo 2º da Portaria/MEC nº 931:

² Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc#>>. Acesso em: 06 out. 2015.

Avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas, de forma que cada unidade escolar receba o resultado global; contribuir para o desenvolvimento, em todos os níveis educativos, de uma cultura avaliativa que estimule a melhoria dos padrões de qualidade e equidade da educação brasileira e adequados controles sociais de seus resultados; concorrer para a melhoria da qualidade de ensino, redução das desigualdades e a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional; oportunizar informações sistemáticas sobre as unidades escolares. Tais informações serão úteis para a escolha dos gestores da rede a qual pertençam (BRASIL, 2005, não paginado).

Ao contrário do que é divulgado pela mídia e do que ocorre no senso comum dos professores da Educação Básica, a Prova Brasil não tem a intenção de classificar ou punir estudantes, professores ou gestores ou mesmo culpabilizá-los pelos índices ruins. A intenção desta política é de que os resultados sirvam para professores e para a escola como um panorama da habilidade em leitura dos estudantes e que estes professores e gestores possam se sentir motivados a criar estratégias para melhorar esses resultados.

A Prova Brasil é aplicada bianualmente para todos os estudantes dos 5º e 9º anos das escolas públicas federais, estaduais e municipais das zonas rural e urbana. Por ser uma política de governo, a cada edição da aplicação da política, é publicada uma portaria com orientações para a realização. Ao longo das seis edições, foram realizadas alterações na política, as quais podem ser destacadas: a determinação, em 2007, do mínimo de 20 alunos matriculados nas turmas de 5º e 9º anos; em 2009, a inclusão de escolas da rede pública de ensino da zona rural; em 2011, o critério para divulgação dos resultados com o mínimo de 50% de participantes em relação ao número de matrículas declaradas no Censo Escolar e essa divulgação disponibilizada para os gestores educacionais no Sistema de Divulgação *on-line*, na página eletrônica do INEP <<http://portal.inep.gov.br>>; em 2013, em caráter experimental, a aplicação dos testes de Ciências para o 9º ano, além da apresentação de escalas de proficiência em Língua Portuguesa específicas para cada ano avaliado; e em 2015, foi utilizada de forma amostral, para complementar a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB).

Apesar de ser entendida como uma avaliação censitária, apresenta limitações para envolver todos os alunos da escola pública, uma vez que prevê a aplicação para um número mínimo de alunos por turma (20) e a divulgação dos resultados de acordo com a participação de alunos por turma (mínimo de 50%).

A Prova Brasil é composta por dois instrumentos para diagnosticar o sistema de ensino. Os exames de Língua Portuguesa, foco em leitura, e Matemática, foco em resolução de problemas, e os questionários que contextualizam os envolvidos no processo educacional dos ciclos finais do Ensino Fundamental.

Os exames são organizados em quatro blocos de questões de múltipla escolha, sendo quatro as alternativas de resposta e apenas uma a correta. Os alunos de 5º ano respondem a 22 itens de Língua Portuguesa e a 22 de Matemática. Já os estudantes de 9º ano respondem a 26 itens de Língua Portuguesa e a 26 de Matemática. O tempo total estipulado para a realização da prova é de 2 horas e 30 minutos. Os itens são elaborados a partir da Matriz de Referência e os resultados referem-se ao nível de proficiência em leitura conforme a Escala de Proficiência.

Os questionários são respondidos por alunos, professores e gestores e visam levantar informações de aspectos da vida escolar, da origem familiar, dos hábitos e condições de estudo. Os aplicadores também preenchem um formulário em que avaliam as condições das escolas participantes.

O envolvimento da escola na política é muito restrito, uma vez que todas as ações envolvem pessoas que estão “fora dos muros” da escola. Assim o Ministério da Educação (MEC) publica a portaria de regulamentação da Prova Brasil e o INEP é o órgão responsável pelo planejamento e pela definição de todos os trâmites para aplicação dos instrumentos (exames e questionários). As Secretarias de Educação são responsáveis em estabelecer a relação entre MEC/INEP e todas as escolas avaliadas, sejam elas federais, estaduais e municipais e em articular a aplicação do exame, agendando com a escola a data, conforme o período estabelecido pela portaria.

No âmbito das unidades escolares, o exame é aplicado por profissionais de uma empresa contratada pelo INEP, com intuito de manter os critérios e o padrão estabelecidos nacionalmente. Entre os envolvidos, na execução da política, cabe aos gestores a mobilização de professores e de alunos; aos alunos do 5º e 9º anos, a resolução do instrumento de avaliação (exame); a resposta aos questionários é de responsabilidade de todos os envolvidos (gestores, professores e alunos).

Para Libâneo (2006), as análises externas e internas da escola, se não trabalhadas conjuntamente por todos que fazem essa escola, não geram possibilidades de envolvimento nem motivam novas possibilidades de melhoria de resultados de avaliações. Para decisões diferentes, a partir das políticas de avaliação da educação, é necessário o envolvimento do

professor para que esse se sinta parte do processo. A demora na divulgação dos resultados da Prova Brasil, o distanciamento na relação professor-aluno na avaliação externa são situações que ampliam a distância entre as políticas de avaliação e os processos didático-pedagógicos os quais acontecem no espaço da sala de aula no “chão da escola”, onde é “a ponta do sistema de ensino”.

Assim como numa prova escolar em que o aluno recebe uma nota; na realização do exame da Prova Brasil, é atribuída uma média para as turmas participantes, indicando o nível de proficiência em leitura da escola, município, estado e âmbito nacional; não há, portanto, um resultado por aluno, como acontece no ENEM. O resultado consta de uma média do exame referente à habilidade em leitura do grupo de alunos do 5º e do 9º ano.

O Plano de Desenvolvimento da Educação PDE/Prova Brasil (2008, p. 12) explica que “[...]assim como nas provas realizadas em sala de aula, o número sozinho traz poucas informações. Por isso, é necessário fazer uma interpretação pedagógica do significado desses números. Isso é feito para grupos de números, conhecidos como níveis”. A identificação do nível de leitura é através da pontuação atribuída à escola que possibilita a identificação das potencialidades e das fragilidades na competência em leitura dos alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental, conforme está expresso na Escala de Proficiência. Essa proficiência em leitura indica o conjunto de habilidades que os alunos provavelmente dominam.

As habilidades avaliadas pelo exame de Língua Portuguesa da Prova Brasil estão estruturadas num documento denominado por Matriz de Referência de Língua Portuguesa que constitui as diretrizes de referência para elaboração dos testes. Essa Matriz não pretende avaliar todo o conteúdo construído ao longo do Ensino Fundamental, mas as competências (descritores) e as habilidades que os alunos tenham desenvolvido ao final desses ciclos. Os itens (questões) da Prova Brasil são elaborados a partir desses descritores que definem os conteúdos e a construção do conhecimento desenvolvida por eles.

O nível de proficiência em leitura dos alunos avaliados corresponde teoricamente à habilidade leitora desenvolvida ao final de cada ciclo. A média que é divulgada por escola baseia-se nos níveis que constam na Escala de Proficiência em Língua Portuguesa. Os resultados também são divulgados conforme a distribuição por porcentagem de alunos do 5º e 9º ano por nível de proficiência em leitura.

Uma escola em que o 9º ano obteve a média de 289,68 pontos está classificada no nível 4 (sendo oito os níveis de proficiência em leitura na escala) e demonstra que as habilidades dos níveis anteriores já foram desenvolvidas. Outra possibilidade do resultado é a

porcentagem de alunos distribuída por nível de proficiência em leitura previstos na escala que identifica as potencialidades e as dificuldades que os alunos do 9º ano desenvolveram ao final do Ensino Fundamental e que levarão para o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica.

O nível 4, que compreende a pontuação de 275 a 300 pontos, é a proficiência esperada para o 9º ano, conforme previsto pelo Todos Pela Educação (2015, p. 38) e que se espera que os alunos sejam capazes de realizar inferências, selecionar as pistas eficientes e refutar as ineficientes e de antecipar o que não foi lido, como num “jogo de adivinhações” (GOODMAN, 1967), demonstrando as seguintes habilidades:

Localizar informações explícitas em artigos de opinião e crônicas. Identificar finalidade e elementos da narrativa em fábulas e contos. Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em reportagens, contos e enquetes. Reconhecer relações de causa e consequência e relações entre pronomes e seus referentes em fragmentos de romances, fábulas, crônicas, artigos de opinião e reportagens. Reconhecer o sentido de expressão e de variantes linguísticas em letras de música, tirinhas, poemas e fragmentos de romances. Inferir tema, tese e ideia principal em contos, letras de música, editoriais, reportagens, crônicas e artigos. Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em charges e história em quadrinhos. Inferir informações em fragmentos de romance. Inferir o efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso para estabelecer humor ou ironia em tirinhas, anedotas e contos (BRASIL/PDE/PROVA BRASIL, 2013, p. 26).

Essas habilidades correspondem ao nível de proficiência em leitura que os alunos do 9º ano podem ter desenvolvido ao final do ciclo do Ensino Fundamental. Com esses dados os professores e gestores podem identificar o desenvolvimento dos alunos e as habilidades que eles dominam e as que precisam ser desenvolvidas.

Para discutirmos esses dados da Prova Brasil, acredito ser necessário compreender a concepção de leitura subjacente aos documentos que norteiam a Prova Brasil.

CONCEPÇÕES DE LEITURA NA PROVA BRASIL

Aprender a ler é uma experiência significativa tanto para a criança ou o leitor iniciante quanto para a vida escolar. Assim, atividades de leitura são trabalhadas, no ambiente escolar, desde a educação infantil. No entanto, é no primeiro ciclo do ensino fundamental que as atividades de leitura passam a ser cobradas pelo professor como forma de verificar o desenvolvimento da proficiência em leitura. Para corroborar com essa posição, a Provinha Brasil, política pública de avaliação oficial do MEC, é aplicada para o segundo ano do Ensino

Fundamental e visa avaliar o nível de alfabetização e diagnosticar as insuficiências das habilidades em leitura.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL/PCN, 1997), o objetivo de Língua Portuguesa para o ensino de leitura no primeiro ciclo do ensino fundamental prevê a leitura de gêneros textuais adequados ao ciclo, combinando as estratégias de decifração com as de seleção, antecipação, inferências e verificação.

Para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, segundo os PCN, as exigências e as cobranças para o desenvolvimento da proficiência em leitura não preveem estratégias de decodificação³, mas esperam que os estudantes sejam capazes de

[...] ler, de maneira autônoma: [...] selecionando procedimentos de leitura adequados a diferentes objetivos e interesses; [...] desenvolvendo sua capacidade de construir um conjunto de expectativas (pressuposições antecipadoras dos sentidos, da forma e da função do texto), apoiando-se em seus conhecimentos prévios sobre gênero, suporte e universo temático, bem como sobre saliências textuais - recursos gráficos, imagens, dados da própria obra (índice, prefácio etc.); confirmando antecipações e inferências realizadas antes e durante a leitura; articulando o maior número possível de índices textuais e contextuais na construção do sentido do texto, de modo a: a) utilizar inferências pragmáticas para dar sentido a expressões que não pertençam a seu repertório linguístico ou estejam empregadas de forma não usual em sua linguagem; b) extrair informações não explicitadas, apoiando-se em deduções [...]. (BRASIL/PCN, 1998, p. 50-1).

Esses processos de leitura de decodificação e de seleção de pistas e de inferências levam à compreensão, porém atendem a objetivos distintos da leitura, assim como a concepções diferentes.

Antes de aprender a ler a criança já conhece muitas palavras, mas é através do ensino formal, na sala de aula, que o leitor iniciante desenvolve as habilidades de decodificação da palavra escrita que levarão à compreensão. No entanto, o processo de leitura não é um passe de mágica, exige o domínio da capacidade de leitura para reconhecer a palavra escrita e transformá-la em significado.

A concepção de leitura subjacente a esse processo relaciona-se ao ato de que ler não é uma mágica que ao olhar a página as letras se soltam e o leitor compreende tudo. Há um processo fisiológico e cognitivo que realiza a transformação da palavra escrita em informação.

³ Decodificação é um processo de leitura que exige uma leitura linear e precisa, em que todas as letras e as palavras devem ser reconhecidas como forma ortográfica e com significado e pronúncia adequados durante a leitura (MORAIS, 1996).

Assim, ler é saber identificar todas as palavras independentemente do tipo de letra, do tamanho e da forma (DEHAENE, 2012, p. 32). Esses processos de decodificação específicos da leitura, do reconhecimento da palavra escrita, não são processos de compreensão, mas que levam à compreensão, objetivo maior da leitura.

Morais (1996, p. 112-4) para defender sua concepção de leitura contrapõe-se à visão romântica de que a leitura é um processo natural e espontâneo que se desenvolve com a experiência do escrito. Nesta concepção sonhadora, a leitura não precisa de um complexo mecanismo de percepção da palavra escrita, mas de sentido e apreensão desse sentido que leve à compreensão. O autor entende a leitura como um processo específico para aquisição de informação, em que esse processo de leitura serve como percepção da imagem escrita sob uma forma utilizável pelo sistema cognitivo.

A concepção contrária a esta defende a posição de que o leitor hábil lê através de um jogo de adivinhação psicolinguístico (GOODMAN, 1967). Esta posição de Goodman é a de que o leitor hábil lê através de estratégias de antecipação e de inferências, de extração de informações apoiadas em deduções linguísticas e contextuais e de seleção de pistas que serão refutadas ou aceitas conforme o contexto de leitura. Essa concepção não aborda sobre o leitor iniciante ou mau leitor.

Aprender a ler é diferente de ler para aprender. Assim, os documentos norteadores da Prova Brasil preveem que os alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental sejam capazes de usar de estratégias de leitura para compreensão e que a etapa de habilidades específicas de leitura – a decodificação – já estejam superadas.

Essa concepção de leitura defendida por Goodman (1967) para os leitores hábeis está prevista nos documentos que balizam a Prova Brasil. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)/Prova Brasil

Os testes de Língua Portuguesa da Prova Brasil estão estruturados com o foco em leitura, que requer a competência de apreender um texto como construção de conhecimento em diferentes níveis de compreensão, análise e interpretação. O fato de se avaliar apenas a leitura não reduz a importância dessas avaliações, tendo em vista que a leitura é fundamental para o desenvolvimento de outras áreas do conhecimento e para o consequente exercício da cidadania. Em relação ao teste de Língua Portuguesa, a Matriz de Referência traz descritores que têm como base algumas habilidades discursivas tidas como essenciais na situação de leitura (BRASIL, 2008, p. 21).

Essa formação dos jovens brasileiros contra as exclusões, voltada para a construção da cidadania, numa perspectiva de educação para a prática efetiva tem apresentado resultados contrários que demonstram uma exclusão muito grande de alunos das escolas públicas. Com resultados sempre abaixo da média prevista pelas metas do IDEB, a avaliação da habilidade leitora tem nos apresentado um quadro que sugere que os alunos dos ciclos finais do Ensino Fundamental não automatizaram os processos de decodificação (MORAIS, 1996) previstos no período de alfabetização, por isso não dominam as estratégias de leitura defendidas por Goodman (1967).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para explicar os resultados negativos da qualidade da educação brasileira, busca-se um culpado, alguém que assuma a culpa pelo fracasso do ensino-aprendizagem. O fracasso pode ser causado pela falta de adequação das concepções de leitura ensinadas e as avaliadas. A formação leitora que não atenda ao desenvolvimento de processos de leitura exigidos na Prova Brasil, como um leitor proficiente que tenha automatizado os processos de decodificação para participar do “jogo de adivinhações” da leitura na construção do significado, não apresentará sucesso neste tipo de avaliação.

Desenvolver as habilidades de decodificação e de compreensão em leitura devem ser práticas do ensino-aprendizagem em sala de aula, assim como as diferentes estratégias de leitura do aprender a ler e do ler para aprender. Atender ou não aos documentos oficiais que norteiam o ensino e a avaliação de Língua Portuguesa com foco em leitura podem determinar o sucesso ou o fracasso nessas avaliações, assim como a leitura como prática pedagógica para a formação do leitor hábil.

Nesse sentido, a Prova Brasil tem suscitado discussões sobre a avaliação de leitura. Os estudos que versam sobre os itens que avaliam a proficiência em leitura constataam que “a formação e o desenvolvimento de cidadãos leitores carecem de alteração em alguns procedimentos práticos no trabalho com a leitura de textos em sala de aula” (SILVA; MENEGASSI, 2010, p. 283) e que “a compreensão das questões da Prova Brasil não consiste num simples ato de identificação de informações, mas numa construção de sentidos com base em atividades inferenciais” (JUCHUM; GABRIEL, 2008, p. 9). Há autores que focam nos estudos da Matriz de Referência e constataam que as habilidades exigidas “levam os aprendizes a entender o significado de uma informação ou de um fato [...] não focam na

habilidade de aplicar seus conhecimentos em novas situações” (BRIDOM; NEITZEL, 2014, p. 457-8).

Outros estudos versam sobre as concepções de linguagem e de leitura na Prova Brasil e nos documentos oficiais que norteiam a política (FUZA; MENEGASSI, 2009; 2010) ou ainda verificam a concepção de letramento subjacente às avaliações do SAEB estabelecendo uma relação com avaliação internacional (BONAMINO; COSCARELLI; FRANCO, 2002). Demonstrando, assim, a motivação por estudos sobre o desenvolvimento da leitura e o estudo das políticas públicas de avaliação da educação e, em especial, da leitura.

Nesse sentido, a adoção dos resultados da Prova Brasil enquanto política pública de diagnóstico do nível de proficiência em leitura dos ciclos finais do Ensino Fundamental possibilita ao professor identificar as habilidades e as fragilidades dos estudantes em leitura e rever as práticas de ensino de leitura para a formação do leitor proficiente. Assim, temos a esperança de melhorar os índices tão ruins em leitura da educação nacional.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, Alicia; COSCARELLI, Carla; FRANCO. Avaliação e letramento: concepções de aluno letrado subjacentes ao SAEB e ao PISA. In: **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 91-113, dez. 2002.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília: SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Fundamental – Terceiro e Quartos Ciclos: Língua Portuguesa**. Brasília: SEF, 1998.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. Portaria Nº 931, de 21 de março de 2005. **Diário Oficial da União**, n. 55, seção 1, 22/03/2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores**. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SEB; Inep, 2013.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. INEP/MEC. Desempenho da sua escola. Prova Brasil, 2015. Disponível em: <<http://sistemasprovabrasil.inep.gov.br/provaBrasilResultados/view/boletimDesempenho/boletimDesempenho.seam>> Acesso em 21 dez. 2016.

BRIDON, Janete; NEITZEL, Adair de Aguiar. Competências leitoras no Saeb: qualidade da leitura na educação básica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 437-462, abr./jun. 2014.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura.** Porto Alegre: Penso, 2012.

GOODMAN, Kenneth S. Reading a psycholinguistic guessing game. In: **Journal of the Reading Specialist**, 1967. p. 126-135.

LIBÂNIO, José Carlos. Sistema de ensino, escola, sala de aula: onde se produz a qualidade das aprendizagens? In: Lopes, Alice Casimiro; Macedo, Elizabeth (orgs.). **Políticas de currículo em múltiplos contextos.** São Paulo: Cortez Editora, 2006. Cap. 3.

MORAIS, José. **A arte de ler.** São Paulo: Ed. da UNESP, 1996.

FUZA, Angela Francine. MENEGASSI, Renilson José. Concepções de linguagem e de leitura na Prova Brasil. In: **Línguas e Letras**. Vol. 10, n. 18, 1º sem, p. 13-32, 2009.

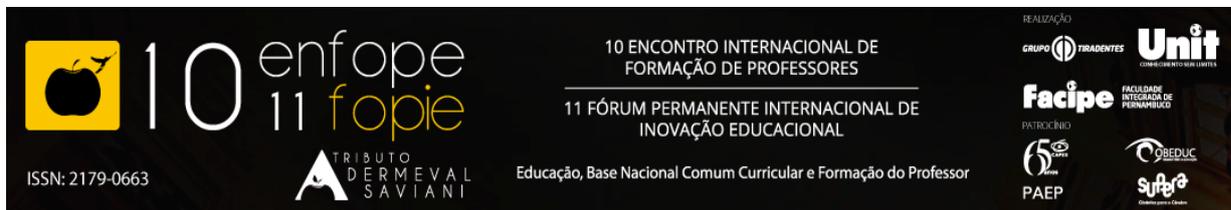
JUCHUM, Maristela; GABRIEL, Rosângela. Concepções de leitura inerentes à Prova Brasil. In: **CELSUL**, 2008.

MENEGASSI, Renilson José. FUZA, Angela Francine. O conceito de Leitura nos Documentos Oficiais. In: **SIGNUM: Estudos Linguísticos**. Londrina: n. 13/2, p. 315-336, dez. 2010.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PEREZ, José Roberto Rus; MATTOS, Maria José Marinho Viana de. Avaliação, monitoramento e controle social: contribuição à pesquisa e à política educacional. In: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; PARENTE, Juliano Mota. In: **Avaliação, Política e Gestão da Educação.** São Cristóvão: Editora UFS, 2011. p. 115-31.

SILVA, Ana Maria da; MENEGASSI, Renilson José. Procedimentos para avaliação da leitura no ensino fundamental: influências da Prova Brasil. In: **Entretextos**. Londrina: v. 10, n. 1, p. 264-284, jan./jun., 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário brasileiro da educação básica 2014.** São Paulo: Editora Moderna, 2014.



TODOS pela educação. **De olho nas metas 2013-14.** São Paulo: Editora Moderna, 2015.